Rahman MUSTAFAYEV,
Doutor em ciências históricas

Da província do império até a república parlamentar (fevereiro 1917 – maio 1918)

A vitória da "Revolução de Fevereiro" da Rússia e o estabelecimento do Governo Provisório aceleraram os processos de desenvolvimento dos movimentos nacionais e da construção política no Cáucaso. No início de setembro, criaram o Conselho Central Islâmico do Transcáucaso, no Azerbaijão, que uniu as principais forças políticas azerbaijanesas. No período de verão – outono de 1917 - todas as forças políticas azerbaijanesas no Cáucaso do Sul se consolidaram com o partido "Musavat", na liderança. "Musavat" venceu nas eleições do Conselho de Baku dos trabalhadores e deputados-soldados. O Congresso do partido confirmou a orientação dos políticos - líderes azerbaijaneses para o estabelecimento da autonomia azerbaijanesa dentro da República Federativa Russa. Mas depois do golpe militar de outubro na Rússia, os bolcheviques chefiados por Lenin chegaram ao poder. A população das regiões não gostou do programa político dos bolcheviques e os partidos nacionais recusaram-se a reconhecer o poder deles. No dia 28 de novembro de 1917, criaram o Comissariado de Transcaucásia, que se tornou um órgão supremo do poder no Cáucaso do Sul. O Comissariado era um órgão provisório antes da convocação da Assembleia Constituinte de toda a Rússia. Nos dias 26-28 de novembro de 1917, aconteceram as eleições na Assembleia Constituinte; nessas eleições, participaram 15 partidos do Transcaucáso: socialdemocratas georgianos (os mencheviques) - 661.934 votos; "Musavat" - 645.816; partido armênio "Dashnaktsutiun" - 558.400; bloco muçulmano socialista - 159.770; os eseres (socialistas revolucionários) - 117.522; partido azerbaijanês "Qummet" - 84.748; partido azerbaijanês "Ittihad" ("União") - 66.504. Os bolcheviques tiveram apenas 95.581 votos e era evidente que eles não conseguiriam chegar ao poder. Porém, sendo apoiados pelas forças militares, no próprio dia da inauguração da Assembleia Constituinte, os bolcheviques dissolveram-na. No dia 14 de fevereiro de 1918, os deputados das regiões tomaram a decisão de criar um órgão de poder local – Assembleia Transcaucásiana. Essa Assembleia era composta pelos representantes dos partidos acima mencionados, conforme os votos. Mas os bolcheviques recusaram-se a participar de seus trabalhos Assembleia. Conforme o Tratado de Brest-Litovsk de 3 de março de 1918, a Rússia Soviética assumiu a obrigação de retirar as suas tropas, não interferindo na nova organização das relações jurídico-estaduais e jurídico- internacionais no Cáucaso. A Rússia também assumiu a obrigação de "desmobilizar e dissolver as tropas armênias", que ela mesma criou, para lutar contra o Império Otomano (5000 – 6000 guerreiros). Mas os bolcheviques não cumpriram as suas obrigações. Conforme

Delegação da República Azerbaijão na Conferência de Paz de Paris. No início de 1920.

o decreto de 16 março de 1918, do então Comissário Popular sobre os assuntos de nacionalidades, I.Stalin, todas as organizações soviéticas tinham que ajudar na criação de grupos militares voluntários armênios. O corpo armênio aterrorizava a população turca nas terras ocupadas do Império Otomano e também a população azerbaijanesa do Cáucaso. Na província Erivan, foram destruídas quase 200 povoações azerbaijanesas, com a população de 135 mil pessoas; 80 mil muçulmanos tornaram se refugiados. O Membro da Assembleia M.Seidov salientou que, o massacre dos muçulmanos pelos grupos militares armênios "tem como objetivo definitivo limpar o território para os refugiados armênios e estabelecer um conjunto compacto para Armênia autônoma". No final de março - início de abril, houve a limpeza étnica muito sangrenta em Baku e nos arredores da cidade, quando as forças militares armênias mataram milhares de civis. Isso foi um sério golpe para a unidade da Assembleia e tornou-se um impulso muito importante que levou os deputados azerbaijaneses a colocar na pauta do dia o assunto da independência da região e do Azerbaijão. Os deputados muçulmanos ficaram descontentes com a ignorância e a atitude passiva das autoridades da Assembleia e do governo trasncaucasiano sobre esses eventos. Os deputados azerbaijaneses ficaram preocupados com a política de deportação e limpeza étnica da população pacífica muçulmana. Depois do sangrento golpe militar, aumentaram as pretensões dos dashnaks à esta cidade-chave da região, considerada pelos políticos azerbaijaneses como o seu centro nacional.

No dia 26 de maio, com a proclamação da independência da Geórgia, a Assembleia deixou de existir. No dia 28 de maio de 1918, o Conselho Nacional Muçulmano apoiou a ideia de proclamar imediatamente o Azerbaijão "a república democrática independente dentro do Transcáucaso de Leste e do Sul". A proclamação da independência da República Democrática do Azerbaijão (RDA) – primeira república no oriente muçulmano – tornou-se um grande evento na história de três mil anos do estadismo azerbaijanês.

A importância do Azerbaijão se determinava pela única localização geográfica única no cruzamento estratégico entre norte e sul, entre a Europa e a Ásia, entre o mar Negro e Cáspio, civilização cristã e muçulmana. O período entre 1918 e 1920, durante o qual o Azerbaijão se desenvolveu como a república parlamentar independente, marcou a evolução secular do Azerbaijão, de

um objeto de competição regional entre a Rússia, Turquia e Pérsia para um sujeito das relações internacionais independente, mas desigual nos direitos e dependente do apoio político e militar externo. Como resultado da existência da RDA durante os 23 meses, se destacaram duas tendências contrárias. Por parte azerbaijanesa, sucessivamente se realizava a política orientada no estabelecimento das relações de direitos iguais com a Rússia Soviética. Esse curso refletia o interesse objetivo do governo nacional em resolver os três problemas mais importantes no sentido do "norte": garantia do reconhecimento diplomático por parte do vizinho maior e mais poderoso; estabelecimento das relações interestaduais e de direitos iguais que garantiam a segurança da RDA; restauração do intercâmbio comercial-econômico com a Rússia e os tradicionais mercados russos da venda do petróleo de Baku, e outros produtos para exportação. A Rússia realizava a política de não reconhecimento diplomático da RDA e também a política de pressão militar e política sobre a república, com objetivo de enfraquecer as suas posições na arena internacional e também debilitar o país por dentro, com apoio das organizações regionais dos bolcheviques do Cáucaso e de Baku (eles foram representados até no parlamento nacional). Essa política fazia parte dos processos maiores que aconteciam no Império Russo nos anos 1917-1921. O novo modelo soviético de estado imperial se construía em outra base social, politica e ideológica. Porém, o objetivo geopolítico permaneceu o mesmo – unir os territórios de antigas províncias e formar a interação entre o "centro" e "periferia", que era típico de qualquer império.

Artilheiro do exército azerbaijanês

Outro fator muito importante do colapso da RDA e da ocupação do Azerbaijão foi a proximidade das intenções estratégicas da Turquia Kemalista e Rússia Soviética naquela região, que se baseavam no interesse dos dois governos em apoiar um ao outro. Desde o momento da transição do poder na Turquia para o Grande Conselho Nacional, que começou o seu trabalho no dia 23 de abril de 1920, e para o governo nacional chefiado pelo Mustafa Kemal, o Conselho seguiu o rumo da cooperação com a Rússia Soviética. Justamente a Rússia tornava-se agora uma fonte única de apoio militar-técnico, financeiro-material e político dos kemalistas. O interesse de comunidade dos objetivos em fortalecer as suas posições regionais e interesses mútuos, em apoiar um ao outro na luta militar e política contra os estados-vencedores – tudo isso não deixava nem uma chance para a independência futura do Azerbaijão. O famoso cientista americano Tadeusz Swietochowski revela os argumentos convincentes sobre o papel real do fator turco na organização do golpe dos bolcheviques no Azerbaijão em março-abril

de 1920. "Os turcos-kemalistas que estavam em Baku pretendiam aproveitar desses eventos em favor do governo da Ankara e, por isso, decidiram interferir no que estava acontecendo. No inicio de abril, eles se reuniram para coordenar as ações dos seus grupos. Antes disso, alguns participantes do Conselho trabalhavam juntamente com os comunistas azerbaijaneses, entre aqueles que criaram o partido comunista da Turquia em Baku, no mês de março. O centro de coordenação adotou uma resolução, definindo a política da Turquia em relação à crise azerbaijanesa. Os três pontos principais eram os seguintes: 1) derrubar o mais rápido possível o atual governo pró-britânico do Azerbaijão e trocá-lo pelo governo que cooperaria com os bolcheviques; 2) criar os comitês para realizar as mudanças no governo dos bolcheviques para controlar a propaganda, imprensa, atividade editorial e as ações militares; 3) ocupação de Baku pelo exército Vermelho, exclusivamente ao pedido do partido comunista da Turquia. Na opinião do comitê e dos partidos comunistas da Turquia e do Azerbaijão, era muito importante evitar as realizações do Azerbaijão".

O resultado, foi justamente a Turquia que estendeu o apoiou mais ativo à Rússia Soviética para ocupar Baku em um prazo mais curto. Mais tarde, isso foi confirmado pelos próprios líderes turcos. "Com a atual coordenação e apoio influente à esses exércitos (se tratava dos exércitos X e XI. – comentários do autor), – disse Mustafa Kemal no dia 14 de agosto de 1920, na sessão do Grande Conselho Nacional da Turquia, – atravessaram facilmente o Cáucaso do Norte e entraram no Azerbaijão. Os azerbaijaneses receberam essas tropas com plena tranquilidade. Os exércitos soviéticos tomaram todas as medidas militares e estratégicas necessárias na fronteira com a Armênia e a Geórgia e, ao mesmo tempo, começaram a estabelecer uma ligação direita conosco".

Em geral, com relação à independência azerbaijanesa o fator turco teve um papel ambíguo. Nem os Jovens Turcos chefiados por Nuri pasha, nem os Kemalistas sendo emissários do M. Kemal no Azerbaijão, nem os comunistas turcos estavam interessados no desenvolvimento do Azerbaijão como um estado realmente independente. Todas as forças políticas da Turquia

Mapa da República do Azerbaijão apresentado durante a Conferência de Paz de Paris em 1919

Carte de la République d'Azerbaïdjan (territoire actuel et revendiqué) présentée à la Conférence de la Paix en 1919 (Collection de M. Timoutchine Hadjibeyli)

consideravam a posição independente e orientação pró-ocidental da RDA como ameaça potencial para os seus interesses.

Entre um dos fatores mais importantes que afetaram o colapso da RDA foi a falta de apoio militar, político e diplomá-tico de pleno valor da parte dos aliados estados-vencedores da Primeira Guerra Mundial (EUA, Inglaterra, França, Itália e Japão, que formaram o Conselho Supremo da Conferência da Paz de Paris, no dia 12 de janeiro de 1919. Esse conselho tornou-se o "Conselho dos Quatro" em de março de 1919, após a saída do Japão.)

A estratégia de reconhecimento pelos "grandes quatro" da RDA e das outras repúblicas independentes que foram criadas nos arredores do antigo Império Russo, não dependia muito das relações com a Rússia Soviética, mas sim da solução do assim chamado "assunto russo", que significava o sucesso ou fiasco da política de restauração do regime monárquico ou burguês - democrático na Rússia. Por esse motivo, o apoio da RDA era feito pelos "aliados" somente porque isso era conforme os interesses deles de bloquearem economicamente a Rússia bolchevista e de diminuir as esferas da sua influência nas direções europeias e transcaucasianas.

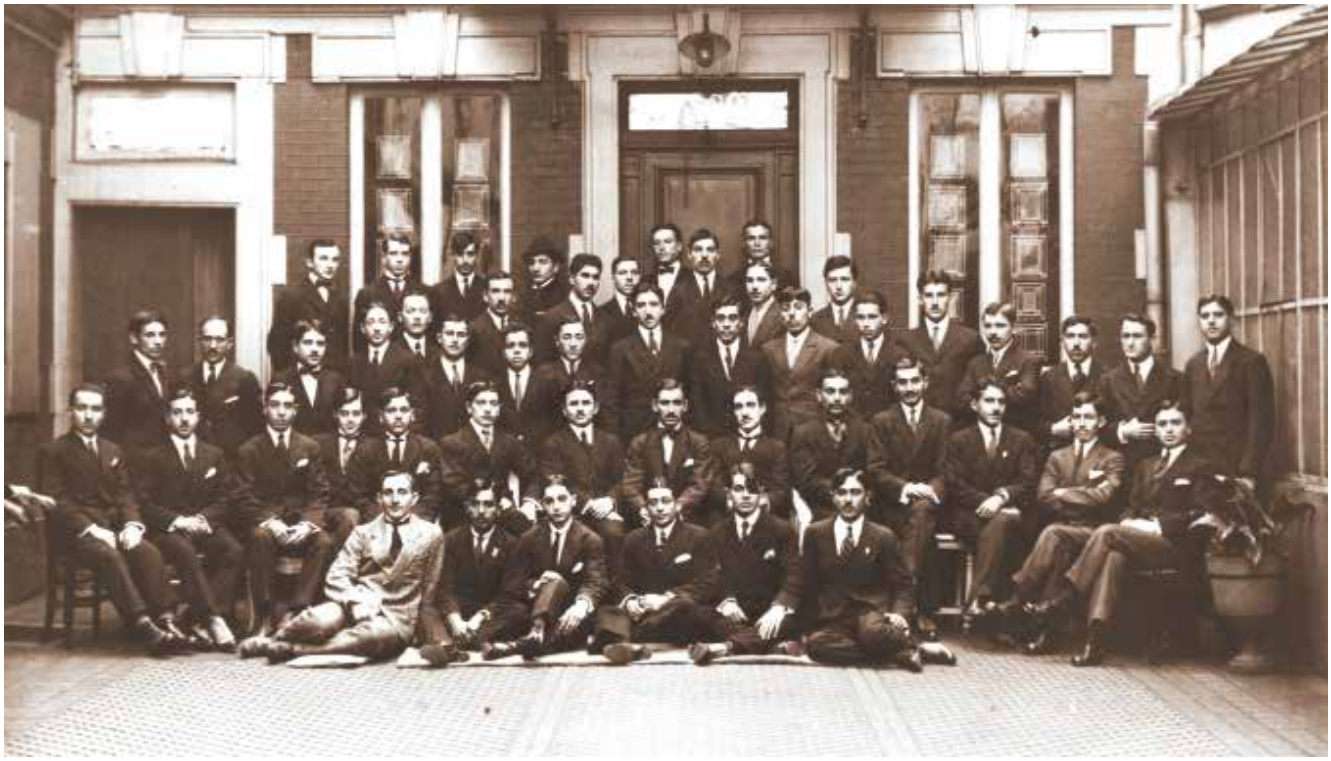
Nos anos 1918-1919, os países aliados líderes eram solidários com a necessidade de enfraquecer as posições geopolíticas da Rússia Soviética em todo o perímetro das suas fronteiras, considerando-a como uma fonte de ameaça bolchevista para o Ocidente civilizado.

Porém, os círculos governantes da Inglaterra no início de 1919 já sentiam que não conseguiriam exercer mais a influência militar nos bolcheviques. A situação política na Inglaterra era tão tensa naquele momento, que a ampliação da intervenção militar anti-bolchevista e continuação do bloqueio econômico poderiam ter provocado sérias consequências econômicas e de política interna. Todos esses processos afetaram a política britânica em relação à RDA. Em meados de 1919, o Ministério da Política Externa Britânica emitiu o memorando que dizia "os interesses britânicos não eram bastante fortes para garantir a realização daquela missão ingrata (controle da região transcáucaso–comentário do autor.)".

Como resultado, as tropas britânicas, que eram consideradas um fiador da independência frágil da RDA, saíram do Transcáucaso no final de agosto de 1919, exceto por uma guarnição pequena em Batumi e missão diplomática em Baku, chefiada pelo comissário supremo na região do Transcáucaso, Oliver Wardrop.

Sessão do governo da República do Azerbaijão – N.Yusifbeyli. 1919

Primeiros alunos azerbaijaneses enviados ao estrangeiro para estudar



A política europeia de Washington no final de 1918-início de 1920 se baseava na vontade de criar um sistema de equilíbrio no qual os alemães conteriam os ingleses e franceses, e países pequenos da Europa conteriam os países grandes deste continente. Somente esse sistema poderia ter garantido uma posição de liderança para os Estados Unidos no mundo, depois da guerra e um papel de arbitre europeu e mundial. Quanto à direção russa da política americana, ela era derivada da política europeia acima mencionada. A Rússia se tornava um elemento do sistema europeu de dissuasão e contrapeso da Alemanha. Por esse motivo, o assunto das novas repúblicas proclamadas nos territórios do antigo Império Russo era considerado não no contexto de reconhecimento, mas no contexto do estabelecimento de contrapeso da Rússia, empurrando o governo dos bolcheviques para desempenhar o seu papel.

Por causa de tudo isso, os EUA não se apressavam em reconhecer e apoiar politicamente as novas repúblicas independentes no território do antigo Império Russo, inclusive a RDA. O presidente da delegação azerbaijanesa na Conferência de Paz de Versalhes, Ali Mardanbek Topchibashev, nos seus relatórios de Paris, prestou atenção especial nessa posição americana. Ele destacou que, durante o encontro de membros da delegação com o presidente dos EUA Wudrow Wilson, no dia 28 de maio de 1919, o mesmo definiu clara e inequivocamente a posição do seu país: os EUA não querem dividir o mundo em partes pequenas; seria melhor para o Azerbaijão se ele pensasse na ideia da criação, na região do Cáucaso, de uma confederação; aquela confederação poderia ficar sob controle de algum país com a missão da Liga das Nações; o assunto do reconhecimento da RDA não pode ser resolvido antes do assunto russo.

Quanto à posição da Europa continental, os representantes da Itália, durante os seus encontros com os membros da delegação da RDA na Conferência de Paz de Versalhes, até salientaram que se "estabelecer República Federativa Russa (se tratava não bolchevista, mas a república burguesa - democrática – comentário do autor), nesse caso, pode ser que a Confederação Caucasiana fizesse parte da Federação Russa". Neste contexto, em junho de 1919 pela iniciativa da Inglaterra, os países aliados estavam pensando seriamente em reconhecer Kolchak como chefe no território do antigo Império Russo. Isso provocou Notas de protesto de delegações da Estônia, Letônia, Geórgia, Bielorrússia, Ucrânia e o Azerbaijão. A posição de Roma sobre o assunto azerbaijanês foi formulada no dia 31 de julho 1919, no telegrama do coronel Melchiore Gabba, o então chefe da missão militar italiana na região do Transcáucaso, endereçada para o chefe do Ministério dos Assuntos Estrangeiros da RDA M.Djafarov: "Não haverá nenhum envio de tropas italianas para a

região do Transcáucaso para substituir as tropas britânicas O Governo do Reino Italiano tem vontade de manter relações amigáveis com o governo do seu país, e contribuir para o desenvolvimento das relações comerciais, financeiras e industriais entre os dois países". A França teve ainda menos vontade do que os outros aliados de apoiar a independência da RDA, que não fazia parte da esfera de interesses franceses. RDA não era o objeto da atenção fixo e atento da diplomacia francesa.

Assim, apesar do fato de que o bolchevismo, como sempre, era considerado pelos aliados ocidentais e, sobretudo pela Inglaterra de ter interesses na Pérsia, Turquia, Índia e na região do Cáucaso do Sul, como um fator d esestabilizador das posições regionais dos aliados, eles não se apressavam em reconhecer a RDA e, assim, definir a sua posição com relação à futura Rússia, que provavelmente será amigável ao Ocidente.

Mas, no final de 1919, depois da mudança brusca durante a guerra civil na Rússia, quando apareceu uma ameaça de que os bolcheviques através do Cáucaso poderiam ter alcançado a Pérsia e a Turquia, a "hora" chegou para os aliados. No dia 17 de novembro de 1919, o primeiro-ministro da Grã Bretanha Lloyd George, no seu discurso na Câmara dos Comuns, expressou preocupação profunda com o desenvolvimento da situação no Cáucaso e com a ameaça da aproximação dos bolcheviques para o Oriente Próximo. É bem interessante que o primeiro ministro mencionou duas vezes que o Azerbaijão não desejava fazer parte da Rússia Soviética. No final de novembro, Lloyd George falou com Polk, chefe da delegação

Palestra do M.A. Rasulzade na sessão do parlamento.

americana em Paris, e lhe avisou que a Rússia, unida aos bolcheviques, estava tornando-se um perigo sério para a Europa, e, por isso, "Geórgia, Azerbaijão, Bessarábia, Ucrânia, as regiões bálticas e Finlândia, e também, talvez, Sibéria devem serem independentes".

Os relatórios dos representantes da Grã Bretanha em Baku e em Tbilisi apelavam para elaborar uma política mais decisiva dos aliados, "não render sem lutar", aquela região de importância estratégica, rica em petróleo. Porque a região abria passagem para as tradicionais "esferas de interesse" de Londres, ela recusou os planos da defesa militar ativa da região e apoio militar da RDA. Porém, ele não podia se retirar completamente da região. Os telegramas insistentes do Wardrop e Stoks, a posição do Almirantado, a aproximação dos kemalistas e bolcheviques, e, principalmente, a "ameaça vermelha" crescente dia após dia na área de interesses britânicos levaram à elaboração da posição de compromisso de Londres: "sim" para reconhecimento, "não" – para enviar as tropas britânicas.

No dia 11 de janeiro, o Conselho Supremo com a proposta do Kerzon, adotou o decreto que destacava que "os países aliados e unidos reconhecem de-fato os governos do Azerbaijão e Geórgia". Tal decisão foi tomada pelos representantes da Grã-Bretanha, França e Itália. Mais tarde, o Japão também aderiu, enquanto os EUA recusaram.

No dia 15 de janeiro, o Ministério dos Assuntos Estrangeiros da França realizou uma cerimônia oficial de entrega daquela decisão para a delegação azerbaijanesa. Nos dias 15-19 de janeiro, os especialistas militares discutiram o assunto sobre o apoio militar para as duas repúblicas reconhecidas. Foi o Marechal Ferdinand Fosh que apresentou o relatório dos especialistas militares. Clemanso, Fosh e o Ministro Militar Churchil se expressaram contra o envio das tropas para a Cáucaso, e os primeiros ministros da Grã-Bretanha e Itália Lloyd George e Nitti sugeriram enviar somente armas e munições. Durante as discussões, F. Fosh declarou que considera a defesa do Cáucaso como parte da luta contra o bolchevismo, e que para alcançar esse objetivo, precisa apoiar países como Azerbaijão, Geórgia, Bessarábia, Polônia, Estônia e Letônia. Além disso, ele apoiou a ideia de criar uma união das repúbli-

Dinheiro da República do Azerbaijão. 1919

Crachá do deputado do parlamento da República do Azerbaijão. Pertencia ao presidente do parlamento A. Topchubashev

cas da Europa oriental e Transcáucaso contra os bolcheviques.

Resumindo a sessão, o Primeiro Ministro britânico destacou a necessidade urgente de apoiar as repúblicas do Transcáucaso com o abastecimento de armas, munições e equipamentos. Ao mesmo tempo, ele falou de novo sobre a impossibilidade de envio das tropas para o Azerbaijão e à Geórgia, salientando que essas repúblicas têm que fortalecer a sua capacidade defensiva por conta de seus próprios exércitos. No final o Conselho Supremo adotou o decreto, conforme o qual os aliados, sem poder enviar as tropas para as repúblicas transcáucasianas, manifestaram intenção de abastecer armas, munição e alimentação.

Na verdade, RDA não recebeu nenhum apoio sério militar dos aliados. Além disso, o reconhecimento da RDA de fato pelos países europeus não se transformou em apoio politico estável. O nível de apoio político e diplomático para a independência do Azerbaijão como sempre era muito ligada com o "assunto russo", tão estratégico para os aliados.

Referências:

1. Арутюнян А.О. Кавказский фронт в 1914-1917 гг. Ереван, 1971
2. Протоколы заседаний мусульманских фракций Закавказского Сейма и Азербайджанского национального совета 1918 г. Баку, 2006
3. Фатали Хан Хойский. Жизнь и деятельность (документы и материалы). Баку, 1998
4. Andrew Mango. Ataturk. London, 2004
5. Меморандум, предъявленный находящимся в Константинополе Почетным представителем держав Антанты членом Правительства Азербайджанской Республики, Чрезвычайным Министром-Посланником при Правительствах Блистательной Порты, Армении и Грузии Али Марданбеком Топчибашевым (ноябрь 1918). Баку, 1993.
6. Краснов В.Г., Дайнес В.О. Неизвестный Троцкий. Красный Бонапарт (документы, мнения, размышления). М., 2000.
7. Свиетоховский Т. Русский Азербайджан. «Хазар», №3, Баку, 1990.
8. Архив внешней политики Российской Федерации (АВП РФ), фонд 04 «Секретариат Чичерина. 1919-1930».
9. Азербайджанская Демократическая Республика (1918-1920). Армия (документы и материалы). Баку, 1998.
10. Азербайджанская Демократическая Республика (1918-1920). Внешняя политика (документы и материалы). Баку, 1998.
11. Азербайджанская Демократическая Республика (1918-1920). Парламент (стенографические отчеты). Баку, 1998.
12. Азербайджанская Демократическая Республика (1918-1920). Законодательные акты (сборник документов). Баку, 1998.
13. Margaret McMillan. Paris 1919 (Six months that changed the world). New York, 2003.
14. Трухановский В.Г. Уинстон Черчилль. Политическая биография. Москва. 1968.
15. Уткин А.И. Унижение России: Брест, Версаль, Мюнхен. Москва, 2004.
16. Донесения Председателя делегации Азербайджанской Демократической Республики на Версальской конференции (март-декабрь 1919 г.). «Хазар», №1, Баку, 1989 г.
17. Архив МИД Великобритании.
18. Гасанлы Джамиль. Признание АДР на Версальской мирной конференции. Журнал ИРС-Наследие, № 3(39), 2009, сс. 10-16.